

eSocial

Pequenas e médias empresas ganharão novo prazo para adaptação

Em suas últimas edições o Sindilav Notícias vem atualizando seus leitores sobre o eSocial, um novo sistema que o governo pretende implantar para unificar todas as prestações de contas das empresas: fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Esse sistema fará com que as informações repassadas pelas empresas, ao governo, cheguem de maneira mais rápida e precisa. Dispensará burocracias e a atual "papelada". Mas, para que tudo funcione bem, é preciso uma preparação para a implantação e gerenciamento do mesmo. A discussão, portanto, gira em torno da necessidade de treinamento e capacitação dos funcionários das empresas para usarem o serviço adequadamente, demandando tempo.

O prazo inicial para implantação do sistema para as micro e pequenas empresas era até janeiro de 2015. Prazo esse que foi muito criticado pelo Sindilav e demais instituições de apoio ao micro e pequeno empresário. Isso porque as micro e pequenas empresas não possuem infraestrutura e pessoal suficientemente preparados para se adequar rapidamente a um sistema tão novo. Pois bem. O governo repensou e adiou o prazo antes estipulado para as pequenas e médias empresas - ou seja, aquelas que apuram lucro presumido, que estão cadastradas no Simples Nacional, no Programa de Microempreendedor Individual, entre outros.

Para as grandes empresas - que possuem receita anual superior a R\$78 milhões - a data para adequação (outubro de 2014) está mantida. Mas elas seguem pressionando o governo para que essa data também seja prorrogada.

Todos os setores se mantêm na expectativa para a divulgação de um novo cronograma, bem como do manual explicativo

que possa trazer mais detalhes sobre o eSocial. De acordo com o Ministério do Trabalho, esse cronograma sairá em breve.

Lembrando que o eSocial não altera nenhuma legislação, mas modifica os procedimentos para prestação de contas ao governo, mudando totalmente os processos dentro das empresas e atingindo os setores internos de RH, TI, medicina do trabalho e jurídico.



De acordo com o Ministério do Trabalho, o novo cronograma de implantação sairá em breve.

Um prazo para respirar

Na edição 176 falamos aqui sobre a aprovação de uma lei que veio para desburocratizar o processo na obtenção da autorização de funcionamento de um estabelecimento. A Lei Nº 15.855, que foi sancionada em setembro de 2013, veio para substituir documentos como Habite-se, Auto de Vistoria, Alvará de Conservação, Auto de Conclusão, Certificado de Conclusão, Auto de Regularização ou documento equivalente (para imóveis com área total edificada de até 1.500m²) por um simples Auto de Licença de Funcionamento Condicionado.

Agora, mais uma boa notícia: a solicitação deste novo documento recebeu um novo prazo. Os empresários podem solicitá-lo até 31 de março de 2016. Isso porque a Lei nº 15.982, de 01 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no dia 02 de abril de 2014, prorrogou o prazo.

A novidade traz alívio graças ao aumento do prazo. Mas vale ressaltar que o melhor mesmo é regularizar a sua empresa o quanto antes, e assim se resguardar de possíveis contratempos com o fisco.

Para mais informações sobre a Lei, acesse:

www.goo.gl/WnQCIN



EDITORIAL

2014: um ano nada promissor

Apesar de decorridos apenas quatro meses de 2014, já se nota que o ano tende a apresentar péssimos indicadores, pois a economia está com o freio de mão puxado.

Os últimos dados revelados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) apontam que o crédito para os moradores da cidade de São Paulo caiu 34,6% no mês de março, em relação a fevereiro do mesmo ano. Esse foi o menor patamar de toda a série histórica iniciada em junho de 2012. Quando comparado com o mês de março de 2013, a queda foi de 21,6%.

Para piorar o quadro macroeconômico, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's rebaixou a classificação das notas do Brasil, bem como de várias empresas brasileiras, incluindo as ligadas ao setor financeiro.

O país está com a política de 'crescer pelo consumo' esgotada, e para que haja investimentos na produção o governo tem que passar confiança aos empresários.

Mais uma vez os números da economia nacional não impressionam positivamente. O país precisa de investimento produtivo que conduza ao crescimento sustentável da economia.

No Brasil o investimento está travado porque os empresários se sentem inseguros para tomar decisões em um ambiente econômico deteriorado.

O quadro tende a piorar com a Copa do Mundo de futebol, onde vários setores ficarão paralisados por até trinta dias. E, depois, também teremos eleições em outubro.

O setor de lavanderias, em especial vem sofrendo com a queda da atividade econômica. Conforme noticiado no Jornal 'O Estado de São Paulo', para reduzir custos, até os restaurantes estão tirando as toalhas das mesas, contribuindo assim para a diminuição da atividade das lavanderias.

O governo precisa acordar e promover alterações no sentido de alavancar a atividade econômica.

José Carlos Larocca
Presidente do Sindilav



Unificação tributária

**Abram Szajman*

Após estabilizar a moeda e incorporar milhões de pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, o Brasil encontra-se num impasse em relação aos caminhos que deve trilhar para alcançar um padrão - quantitativo e qualitativo - de desenvolvimento, compatível com nossas potencialidades e necessidades.

Dentre os inúmeros obstáculos que hoje travam o crescimento, o sistema tributário destaca-se por ser a espinha dorsal da organização econômica, política e social do país, mas ao mesmo tempo por se mostrar irredutível ante a qualquer movimento de modernização e simplificação.

As consequências de uma estrutura complexa e burocrática, que martiriza os contribuintes e impõe às empresas pesados custos para apurar e recolher os tributos, são nefastas. Comprometem os investimentos, agravam a informalidade e perpetuam a desigualdade na distribuição de renda.

Caso insólito no cenário mundial, o Brasil possui sete tributos arrecadatórios que têm como base de cálculo o valor das transações comerciais. Em autêntica sopa de letras, cinco deles são de competência federal: IPI, PIS/Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL. Para quem não sabe ou esqueceu, os nomes completos são: Imposto sobre Produtos Industrializados, Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição sobre o Lucro Líquido. Completam a lista um tributo estadual, o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias - e outro municipal, o ISS - Imposto sobre Serviços.

Quatro desses tributos (IPI, ICMS, PIS/Pasep e Cofins) têm como base de incidência o valor adicionado, mas modos distintos de cálculo e alíquotas que variam entre produtos e estados, com inúmeras exceções. Os demais (IRPJ, CSLL e ISS) incidem sobre o faturamento, mas, ao fim e ao cabo, todos se sobrepõem e ocultam o efeito final sobre o preço de bens e serviços e o ônus tributário imposto sobre os agentes econômicos.

Essa estrutura arcaica se tornou avessa aos princípios básicos consagrados pela teoria econômica e pela experiência internacional para um sistema tributário moderno e racional. São eles: eficácia, neutralidade, equidade, competitividade e simplicidade.

Eficácia para extrair da sociedade uma carga tributária compatível com seu nível de renda e com os serviços prestados, o que está distante de ocorrer entre nós. Neutralidade, porque os tributos não devem interferir na alocação dos recursos pelos agentes econômicos privados. Equidade, para cada um contribuir na medida de sua capacidade. Competitividade, para não se constituir em obstáculo

à capacidade do país de concorrer no mundo globalizado, e simplicidade, para que os custos de pagar e arrecadar sejam menores.

Em resumo, nesse aspecto, a rota para o desenvolvimento com justiça social passa pela unificação tributária. Os tributos arrecadatórios que incidem sobre bens e serviços (ICMS, IPI, ISS, PIS/Pasep e Cofins) devem ser agrupados em um único imposto sobre o consumo. O mesmo deve ocorrer com os que incidem sobre a renda, incluindo a CSLL e as contribuições para a Previdência oficial, que dariam lugar a um só imposto de renda abrangente. Esses dois impostos, de competência federal, seriam partilhados pela União com os demais entes federativos. Os tributos excessivos que hoje temos foram criados ao longo do tempo por leis ordinárias e podem ser unificados da mesma forma, sem necessidade de emenda constitucional.

As eleições deste ano podem e devem ser um momento para a discussão desta proposta. Se os diferentes partidos se comprometerem com a ideia, será dado um passo gigantesco para unificar não apenas os tributos, mas a esperança de todos os brasileiros num futuro melhor.

**Abram Szajman é presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade que gere o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) no Estado.*

Artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo em 17/04/14, pág.B02.



Unindo forças



Deputado Laércio Oliveira e José Carlos Larocca

O Conselho de Serviços da FecomercioSP se reuniu no dia 14 de abril e debateu com o deputado Laércio Oliveira (SDD-SE) diversos assuntos de interesse do empresariado brasileiro. O presidente do Sindilav, José Carlos Larocca, participou ativamente da reunião. Entre os temas discutidos estava a cobrança indevida da contribuição social de 10% sobre o FGTS do funcionário, estipulada pela Lei complementar 110/1, na qual as empresas que efetuam demissões sem justa causa devem pagar.

Essa Lei havia sido extinta pelo Congresso, mas foi vetada pela presidente Dilma. Após o veto, a presidente enviou uma proposta solicitando que os recursos - que a princípio deveriam corrigir (provisoriamente) um desequilíbrio existente na correção dos saldos das contas individuais do FGTS - fossem remanejados para o Programa "Minha Casa Minha Vida".

Por considerar injusta tal solicitação, o deputado defende o fim da referida multa. Para ele, o empresariado já pagou o que

deveria. Além disso, o parlamentar apoia a melhoria do Super Simples e a regulamentação da terceirização de serviços - tema da PL 04.330/4.

Laércio é coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços, vice-líder da minoria na Câmara Federal e também foi apontado pela revista Veja como o 3º deputado mais influente na Câmara.

A frente parlamentar coordenada por ele é composta por 283 pessoas entre senadores e deputados. O trabalho de convencimento iniciado pelo deputado Laércio é sem dúvida um grande passo, já que envolverá a negociação com os demais membros do comércio.

O Sindilav e a FecomercioSP seguem na luta para a anulação desta cobrança e a regularização das demais leis, pois entende que essa conta não é mais de responsabilidade dos empresários.

Bons exemplos são sempre bem-vindos

Pequenas e grandes empresas nem sempre podem ser comparadas. Quando as necessidades são diferentes, os processos também precisam ser. O número de funcionários, equipamentos, demanda, tudo isso influencia fortemente nas metodologias que cada uma deve adotar. No entanto, podemos ficar atentos àqueles pontos que podem sim ter algo em comum e, por isso, podem ser aproveitados em ambas. Abaixo você acompanha quatro exemplos que podem ser copiados e utilizados tanto em grandes empresas quanto em pequenas e micros:

Controles internos

Os controles internos das grandes empresas são complexos, detalhados e diversificados. Tudo para garantir o pleno funcionamento e diminuir o número de erros e riscos de fraudes. Nas pequenas empresas esse controle também é válido e importante, mas devem estar mais direcionados no controle do caixa. Foco no controle de estoque. A falta de controle pode acarretar em falta de matéria-prima, conseqüentemente, sem trabalhos, sem ganhos e com grandes prejuízos.

Meritocracia

Grandes empresas costumam recompensar seus funcionários por bons trabalhos desempenhados. Será que as pequenas também podem fazer isso? Claro! A meritocracia consiste em reconhecer - e bonificar - o profissional pelo seu desempenho. Essa bonificação não precisa ser necessariamente em forma de dinheiro. Comece com elogios, agradecimentos, pequenos agradecimentos e assim já estará implantando essa prática em seu estabelecimento.

Metas

Grandes empresas estabelecem metas em todos os níveis. E você não precisa ter uma grande empresa para fazer o mesmo. As metas - acompanhadas de ações bem estruturadas - definem uma direção na qual a empresa pretende seguir. Quando se possui uma direção, fica mais fácil trabalhar porque sabemos aonde queremos chegar, certo? E somente estabelecendo objetivos você poderá ter parâmetros de comparação para entender o atual cenário da sua empresa, sabendo se ela está ou não no caminho

certo. Em suma: sua empresa não precisa ser grande para traçar metas, mas para que ela se torne grande, ela precisa de metas.

Indicadores

Grandes empresas utilizam indicadores como ferramenta essencial para o seu desenvolvimento. Os índices mostram onde a empresa estava, onde ela está e onde ela deve chegar. Ao utilizar os indicadores em seu estabelecimento ficará bem mais fácil identificar erros, acertos e novas soluções. A assertividade aumenta, a qualidade do serviço e do atendimento também.

O conselho é: inspire-se nas metodologias das grandes empresas e adapte-as às metodologias da sua empresa. Somente com planejamento, foco e determinação é possível alcançar bons resultados.

Matéria adaptada do artigo "4 conceitos de grandes empresas que deveriam ser copiados por micro e pequenas empresas", escrito por Pedro Damiani para o Portal Administradores.

Para ler o artigo original, acesse: www.goo.gl/h6VMjp



Pequenas empresas e seus problemas cotidianos

Falta de mão de obra especializada, altos índices tributários, burocracia, crédito, concorrência desleal. Essas são apenas algumas das reclamações que as empresas fazem diariamente lamentando o fato de não conseguirem se tornar mais competitivas.

É claro que nenhuma dessas reclamações é infundada e todas elas fazem sentido. Mas ao analisarmos com cuidado, podemos perceber também que a falta de pesquisa e planejamento pode contribuir para essa estagnação.

Michael Porter, professor de grande referência nas áreas de administração e economia, ensina que os empresários devem, constantemente, pesquisar e planejar sobre o setor em que atua, a fim de identificar as principais dificuldades do negócio e encontrar as melhores soluções.

Se o aumento de concorrentes é um obstáculo para o crescimento, é preciso fazer a diferença nos serviços e produtos que você oferece. Se há grande variedade de produtos similares aos da minha empresa, é preciso buscar parcerias, novas tecnologias e adquirir habilidades para negociar com fornecedores.

A maior dificuldade está na quebra de paradigmas e na implementação de ideias inovadoras. É preciso coragem para sair de um modelo padrão e promover mudanças que podem alavancar o crescimento da empresa.

Separamos um artigo que vai trazer ótimas ideias para mudança de comportamento. Apesar de simples, essas ideias podem contribuir para o início de uma nova linha de pensamento. Que tal tentar?

1. Frequente, pelo menos uma vez por ano, alguma feira, seminário ou palestras relacionadas ao setor: é importante se informar e se manter atualizado sobre as novidades e tendências.
2. Identifique suas fraquezas e participe de cursos e capacitações constantemente: por mais experiente que você seja, sempre há o que aprender e sempre é possível melhorar.
3. Permita que seus colaboradores também evoluam: se você quer uma equipe profissional e capacitada, ajude-os nisso.

4. Avalie o aprendizado e conhecimento da empresa, antes e depois das capacitações, coloque em prática e divida o conhecimento na empresa: mais do que conhecer seus pontos fracos e fortes é preciso fazê-los conhecidos. Compartilhar é dar aos outros a oportunidade de ajudá-lo a encontrar as melhores soluções.

5. Realize pesquisa de satisfação com seus clientes, aproveite as datas comemorativas e engate um brinde em troca da preciosa informação.

6. Realize pesquisa de satisfação com seus colaboradores, não se esqueça da visão sistêmica, clientes internos felizes, clientes externos satisfeitos.

7. Pesquise, dentro e fora da empresa, sempre: fique de olho na concorrência, no mercado, nas novidades econômicas e principalmente nas oportunidades que podem ajudá-lo a crescer.

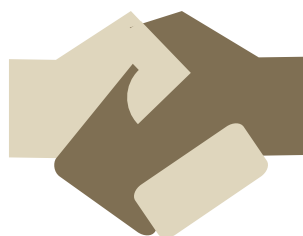
8. Realize o planejamento estratégico: sem planejamento é impossível chegar a um objetivo. Planeje tudo. Organize seu tempo. Estipule metas. Desafie a si mesmo e a sua equipe.

9. Meça e monitore os resultados do planejamento: de nada adianta planejar se você não usa os resultados a seu favor. Analise, faça um balanço de tudo que foi alcançado e planeje-se novamente, desta vez aplicando as mudanças e adaptações necessárias.

10. Valorize as conquistas com todos na empresa: você gosta de ser reconhecido por um bom trabalho e se sente motivado toda vez que isso acontece, certo? Seus colaboradores também! Não se esqueça de reconhecer o bom trabalho que eles fazem.

11. Procure sempre um profissional qualificado para lhe orientar: tenha sempre a humildade de perguntar e pedir conselhos a alguém que sabe mais do que você e pode te ajudar.

Sucesso!

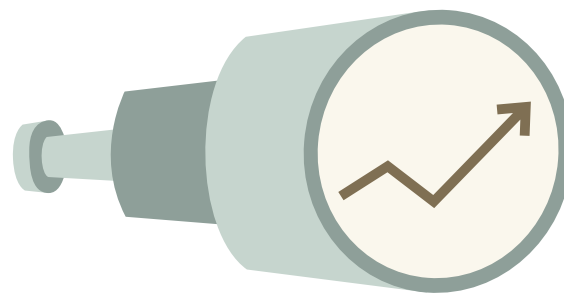


Investimentos à vista?

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, disse, no Seminário "Brasil Novo", que o Governo Brasileiro está preparando uma linha de financiamento para inovação tecnológica, exclusiva para o segmento de micro e pequenas empresas, e que esta linha de crédito deve ficar pronta em dois meses.

Para Coutinho, a economia brasileira tem potencial de crescimento, desde que a taxa de investimento em inovação aumente. Segundo ele o Banco fez uma projeção que indica investimentos, em infraestrutura e logística, de até R\$1,463 trilhão entre 2014 e 2017, sendo uma boa parte destes investimentos provenientes do próprio BNDES.

O Sindilav acredita que as micro e pequenas empresas são mesmo dignas de créditos maiores. Só assim é possível fazer a



competitividade aumentar, gerando mais empregos, novas soluções para fomentar a economia. Para que uma lavanderia cresça e se desenvolva, por exemplo, é imprescindível que ela possa contar com bons equipamentos, tecnologia avançada e equipe preparada.

E somente com a confiança de que esses empreendedores são capazes de crescer, evoluir e contribuir para a melhoria significativa da economia brasileira, através do trabalho, da dedicação e da criatividade, poderemos presenciar essa realidade de melhoria e crescimento econômico.

Fonte: Reuters Brasil www.goo.gl/5gax3C

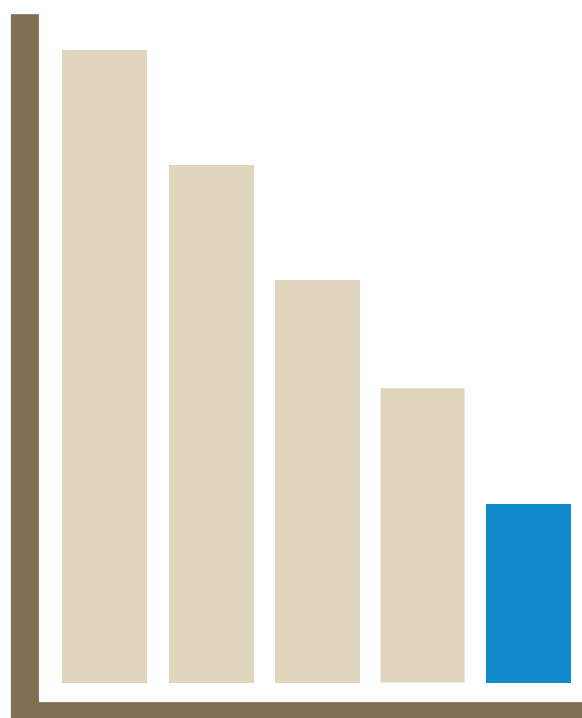
Supersimples aprovado

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 7 de maio, o texto base do Projeto de Lei Complementar 221/12, que libera o acesso do setor de serviços ao sistema de tributação do Simples Nacional (Supersimples).

Cerca de 500 mil empresas poderão aderir ao programa, mas elas ainda pagarão alíquotas maiores do que as que pagam os setores já contemplados. Enquanto a indústria, o comércio e alguns segmentos de serviços pagam entre 4% e 12% do faturamento anual, as novas empresas que aderirem ao programa pagarão entre 16,93% e 22,45% de suas receitas. O relator, deputado Cláudio Puty, afirmou que: "Essas novas categorias que entram vão ser tributadas numa tabela nova, que não é do meu agrado, mas é melhor um acordo moderado do que uma derrota".

Segundo ele, mesmo pagando alíquotas mais altas que os demais, o setor de serviços e os mais de 200 segmentos que serão beneficiados com a liberação desse acesso pagarão menos do que pagam atualmente. De acordo com o deputado, foi muito importante ter conseguido esse ingresso, que já é um grande passo.

Fontes: DCI - SP e EBC



Designado Cipa 2014



Participantes do curso

“Designado Cipa” é um dos cursos mais procurados no Sindilav. Na última edição, por exemplo, que foi realizada no dia 27 de março deste ano, tivemos 21 participantes efetivos.

Oferecido anualmente pelo Sindicato, esse treinamento é destinado às lavanderias que possuem menos de 20 funcionários e, por isso, não são obrigadas a implantar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). No entanto, essas mesmas lavanderias precisam designar um funcionário que ficará responsável pela fiscalização em cumprimento à NR-5, do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Designado CIPA deve participar, anualmente, de uma reciclagem para continuar desempenhando essa função com excelência, no que se refere à verificação das situações que porventura possam colocar em risco a sua segurança e a dos seus colegas.

O curso oferecido na última edição foi ministrado por Marco Antonio R. de Oliveira, do Departamento Técnico da empresa RCS. Além da atividade ser sempre gratuita, os participantes recebem todo material didático e certificado de participação.

Expediente

Boletim Informativo do Sindicato Intermunicipal de Lavanderias no Estado de São Paulo - Sindilav

Rua Pais de Araújo, 29 - 11º andar - cj. 111 a 113 - Cep 04531-090 - São Paulo - SP - Tel./Fax: (11) 3078 8466
www.sindilav.com.br - e-mail: sindilav@sindilav.com.br

Diretoria Executiva

Presidente: José Carlos Larocca

Vice-presidente: Edson Di Nardi

Diretor: Rui Sérgio Torres

Gerente Executivo: Marco Antonio Pires Fernandes

Filiado à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - FecomercioSP

Editora e jornalista responsável:

Rute Faria - MTB: 16835

rutemariapf@gmail.com

Periodicidade: **Bimestral**

Tiragem: **3.950 exemplares**

Projeto gráfico:

Occa mPL branding & design

www.occa.com.br